

A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, concedeu uma liminar para permitir o corte de ponto de auditores fiscais da Receita em greve. A ministra considerou haver risco à ordem pública caso não houvesse desconto pelos dias não trabalhados. Ela destacou que o plenário do STF já decidiu sobre o assunto e autorizou o corte de ponto de grevistas por parte da União. A decisão reverte determinação anterior do STJ, que havia suspenso o corte de ponto por 90 dias.

Novas regras trazem exigências ambientais mais rígidas ao Código de Mineração

O presidente Michel Temer assinou ontem (12), em cerimônia no Palácio do Planalto, os decretos que atualizam o Código de Mineração e trazem novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). Os decretos modernizam o atual Código de Mineração, de 1967, com exigências ambientais mais rígidas e regras para melhorar o ambiente de negócios do setor, além de destinar recursos de compensação a municípios que são impactados pela atividade mineradora, embora não sejam produtores.

“Posso rotular esse ato também como reformista. É um ato que deu sentido a um setor importantíssimo do nosso país”, disse Temer. Uma das mudanças no Código de Mineração são exigências ambientais mais rígidas, entre elas a previsão expressa da responsabilidade do minerador de recuperar áreas degradadas. Outro ponto é a obrigatoriedade da execução adequada de um plano de fechamento de mina, que passa a integrar o conceito de atividade minerária.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, lembrou que o setor responde por 4% do PIB, que em 2017 registrou

superavit de R\$ 23,4 bilhões, um crescimento de 30% em relação ao ano anterior. “Não estamos tratando de um bem econômico que seja descartável, supérfluo. Estamos tratando da regulação no Brasil de um setor econômico que é fundamental, insubstituível, para a vida das pessoas”, disse o ministro.

A mudança fará com que os municípios não produtores, mas que são impactados pelo transporte, embarque e presença de instalações industriais em seu território, passem a receber 15% da Cfem, que é uma participação monetária paga pelas mineradoras para compensar os efeitos



Ministro Eliseu Padilha, presidente Temer e ministro Moreira Franco durante assinatura de decretos que regulamentam o Código de Mineração e a lei que disciplina a cobrança da CFEM.

das atividades de mineração, os chamados royalties.

O percentual de 15% a ser pago aos municípios não produtores foi obtido a partir da

redução nos valores que serão pagos aos outros entes federativos. Os municípios recebiam 65% e passarão a receber 60%; para os estados, a alteração é de

23% para 15%; para a União, a mudança é de 12% para 10%. Em 2017, o setor mineral pagou cerca de R\$ 1,8 bilhão de compensação (ABR).

38% dos brasileiros estão dispostos a poupar

São Paulo - Pesquisa feita pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) e Instituto Ipsos mostra que 38% dos brasileiros estão dispostos a poupar para o futuro ou têm recursos para fazer uma reserva para complementar os rendimentos na aposentadoria. A pesquisa ouviu 1.200 pessoas em abril e destes 60% apontaram os planos de previdência privada como necessário ou muito necessário para manter os rendimentos. Outros 7% disseram que não dispõem de recursos para guardar e 55% não souberam responder.

O estudo mostrou também que 20% dos entrevistados pretendem guardar até 10% dos rendimentos, 11% declararam estar dispostos a guardar entre 11% e 20% dos rendimentos presentes para construir reservas para a aposentadoria e 7% guardariam entre 21% e 40%. O grupo de pessoas com idades



entre 25 e 34 anos é o mais propenso a fazer reservas. Deste grupo, 46% estaria disposto a fazer reservas, seguido pelo estrato de 33 a 44 anos (38%) e dos mais maduros, de 45 a 59 anos, com 37%.

Ainda de acordo com a pesquisa, os homens se mostram mais propensos a fazer reservas que as mulheres. Cerca de 44% deles declaram que estão dispostos a separar parte dos rendimentos para a aposentadoria enquanto que entre as mulheres as que estão dispostas a poupar são 31% (AE).

51% das famílias estão endividadas

São Paulo - Pesquisa realizada pela FecomercioSP, revelou que 51,1% das famílias da cidade de São Paulo estão endividadas e, dentre elas, 9% não têm condição de pagar as dívidas e ficarão inadimplentes.

Em termos absolutos, 1,99 milhão de famílias paulistas estão endividadas. Isso representa uma queda de 2,4 pontos percentuais em relação a abril (53,5%) e de 1,3% p.p. na comparação com o maio do ano passado (52,4%).

São 751 mil famílias que não conseguiram quitar a dívida até a data do vencimento. O nível de inadimplência é mais alto em famílias que recebem até 10 salários mínimos. A pesquisa também revelou que houve aumento do tempo médio de pagamento em atraso, que passou de 62 dias registrados em maio do ano passado para 66 dias na última coleta.

Em nota, a FecomercioSP afirma que o resultado de maio “traz um sinal de alerta para o nível de inadimplência”, especialmente nas famílias de baixa renda (AE).

Mudanças no setor elétrico para ‘reduzir’ preço da energia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o sistema elétrico brasileiro precisa com urgência de mudanças regulatórias e normativas, de maneira a permitir que a energia elétrica, um dos principais insumos da indústria brasileira, “volte a ser uma vantagem competitiva para a economia do País”.

A entidade lembra que a dependência dos reservatórios hidrelétricos, associada a regimes hidrológicos desfavoráveis, gerou a necessidade do aumento da geração termoelétrica, o que, aliado às políticas governamentais equivocadas adotadas para o setor, resultou em um aumento de 57% no custo da eletricidade para consumidores industriais que compraram energia diretamente das distribuidoras em quatro anos, no período entre janeiro de 2013 e o fim de 2017, segundo dados da Aneel.

“O constante intervencionis-



O sistema elétrico brasileiro precisa de mudanças regulatórias e normativas.

mo governamental, aliado ao alto custo dos impostos e dos encargos setoriais, e de erros regulatórios tornaram a energia elétrica paga pela indústria uma das mais caras do mundo”, diz o gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, para quem as perspectivas não são muito animadoras. “Mantidas as condições regula-

tórias e contratuais atuais, não haverá redução sustentável do custo da eletricidade. A política de encargos e subsídios precisa ser repensada e reduzida”, defendeu.

Dentre as alterações defendidas pela CNI estão a melhora na alocação dos custos da expansão entre os consumidores regulados e livres, e a diminuição da duração dos contratos de energia, medidas que já foram discutidas entre agentes do setor elétrico no âmbito de uma consulta pública sobre a modernização do marco legal realizada no ano passado e fazem parte de uma proposta de projeto, incorporada em texto em discussão no Congresso. Para a CNI, tais medidas são factíveis de serem implementadas no novo marco legal do setor elétrico e permitirão a queda das tarifas da conta de luz para o consumidor, o que poderia ocorrer a partir de 2020.

Eunício defende que ANP regule preço do combustível

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem (12) que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) regule a formulação de preços do petróleo e seus derivados produzidos pela estatal Petrobras. O senador argumentou que a ANP, como se trata de uma agência reguladora, deveria participar das discussões sobre o preço dos combustíveis e atuar em favor de uma maior “previsibilidade” para o consumidor.

“Eu não posso aceitar que nós criamos uma agência, sabatinamos pessoas, colocamos nessa agência [a função] para ser reguladora de preços, principalmente na questão da Petrobras, que é um monopólio. Então [eu defendi] que efetivamente a agência tivesse uma participação efetiva nessa discussão”, afirmou, após se reunir com o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro.

De acordo com ele, é necessário que a ANP participe da formação dos preços porque os consumidores acabam sendo os mais prejudicados com as mudanças cotidianas dos valores que chegam no preço final da gasolina, do álcool e



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

do óleo diesel. “Eu continuo dizendo que a Petrobras errou quando fez vários aumentos [consecutivos]. Inclusive citei para ele [Ivan Monteiro] que as bombas de abastecimento não estão interligadas com a bolsa de valores, variação do dólar. Portanto precisávamos ter previsibilidade”, defendeu, referindo-se à forma da empresa de reajustar os preços. Segundo Eunício Oliveira, o presidente da Petrobras concordou com seus argumentos (ABR).

BNDES lança projeto de incentivo ao setor de franquias

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou ontem (12) o Projeto Franquias, que vai ampliar o acesso do Cartão BNDES para o mercado de franquias no país. “Historicamente, o Cartão BNDES nunca era visto como uma opção para franquias. Quando a gente via o comportamento de franqueados no cartão, a gente começa a perceber que ele é esparsos”, explicou o administrador do banco Yuri Mourão.

“E, dialogando com o setor, a gente se deu conta de que poderia criar um ambiente de negócios para franqueado, em que ele pudesse se identificar como comprador, entender as opções de compra dele dentro do portal”, concluiu Mourão, ao informar que no ano passado o cartão ofereceu crédito rotativo total de R\$ 2,6 bilhões. Mourão explicou que, para ter acesso ao cartão, as empresas devem ter sede no Brasil e faturamento de até R\$ 300 milhões, além de estar em dia com os tributos. Atualmente 60% das franquias do país poderiam estar usando o cartão, e com o projeto esse percentual pode



BNDES objetiva criar um ambiente de negócios para o franqueado.

chegar futuramente a 90%.

“A partir desse diálogo, queremos também fornecer coisas que a ele [franqueado] nunca viu comprando no cartão, como por exemplo, uma proposta que a gente está aguardando a aprovação, de locação de máquinas e equipamentos. É uma atividade industrial brasileira de R\$ 6 bilhões por ano, com 5 mil fornecedores, e que nós nunca apoiamos e a gente só foi descobrir isso depois do diálogo com os franqueadores. A ideia é explorar o potencial que verdadeiramente ele possui”, diz o administrador (ABR).

Vaticano nega ter enviado advogado para visitar Lula

O Vaticano esclareceu ontem (12) que o papa Francisco não tem relação com o advogado argentino Juan Grabois, o qual tentou visitar o ex-presidente Lula na prisão. Grabois, fundador do Movimento dos Trabalhadores Excluídos e ex-consultor do Pontifício Conselho Justiça e Paz, tentou visitar na segunda-feira (11) Lula na prisão em Curitiba, mas não foi autorizado pela Polícia Federal (PF).

Vários veículos de imprensa e redes sociais do PT haviam dito que Grabois era um representante do Papa que entregaria um terço a Lula em nome do Pontífice. Mas, de acordo com uma nota publicada pelo site Vatican News, Grabois fez a visita a “título pessoal”, e o terço não foi enviado pelo papa Francisco, apenas “abençoado”.

“Em sua página oficial, o Instituto Lula descreveu Grabois como “emissário do papa Francisco para assuntos de Justiça e Paz”, e disse que ele pretendia levar ao ex-presidente um terço mandado pelo próprio Pontífice. Segundo a CNBB, o Vaticano News representa a comunicação da Santa Sé. A CNBB, por sua vez, também disse desconhecer o envio do terço pelo Papa ao ex-presidente (ANSA).



Site da Sala de Imprensa da Santa Sé negou envio de terço.

Na entrevista - e nos ativemos a ela - EM NENHUM MOMENTO Grabois afirmou que o Terço foi enviado pelo Santo Padre, mas apenas “ABENÇOADO” pelo Papa”, diz a nota.

Em sua página oficial, o Instituto Lula descreveu Grabois como “emissário do papa Francisco para assuntos de Justiça e Paz”, e disse que ele pretendia levar ao ex-presidente um terço mandado pelo próprio Pontífice. Segundo a CNBB, o Vaticano News representa a comunicação da Santa Sé. A CNBB, por sua vez, também disse desconhecer o envio do terço pelo Papa ao ex-presidente (ANSA).

“Às vezes nesse mundo é preciso mais coragem para continuar vivendo do que para morrer”.

Érico Veríssimo (1905/1975)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: +0,62% Pontos: 72.754,12 Máxima de +1,4% : 73.322 pontos Mínima de -0,25% : 72.124 pontos Volume: 9,82 bilhões Variação em 2018: -4,77% Variação no mês: -5,21% Dow Jones: -0,01% Pontos: 25.320,73 Nasdaq: +0,57% Pontos: 7.703,79 Ibovespa

Futuro: +0,97% Pontos: 72.785 Máxima (pontos): 73.340 Mínima (pontos): 71.620 Global 40 Cotação: 754,445 centavos de dólar Variação: +3,01%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,7139 Venda: R\$ 3,7144 Variação: +0,17% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,80 Venda: R\$ 3,90 Variação: +0,17% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,7038 Venda: R\$ 3,7044 Variação: +0,35% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,6800 Venda: R\$ 3,8700 Variação: +0,08% - Dólar Futuro (julho)

Cotação: R\$ 3,7175 Variação: -0,03% - Euro Compra: US\$ 1,1748 (às 17h33) Venda: US\$ 1,1748 (às 17h33) Variação: -0,29% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3620 Venda: R\$ 4,3640 Variação: -0,14% - Euro turismo Compra: R\$ 4,3200 Venda: R\$ 4,5400 Variação: -0,22%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,54% ao ano. - Capital de giro, 9,92% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.299,40 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,29% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 158,000 Variação: +0,64%.